

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

SERVIÇOS E DINÂMICAS TERRITORIAIS: A DIFUSÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS E DA TELECÓPIA NA REGIÃO CENTRO

RUI JACINTO *
JORGE BRANDÃO **
RUI MARTINS **

RESUMO

O presente artigo pretende equacionar aspectos da expansão dos serviços e da conseqüente terciarização que se verifica actualmente nas sociedades avançadas e as implicações na estrutura económica, na organização do espaço e a sua relação com o processo de desenvolvimento local e regional. É preocupação analisar, num quadro regional bem definido como é a Região Centro, a evolução e difusão da banca e das telecomunicações particularmente da telecópia, serviços estratégicos para apoiar as actividades produtivas, e os processos que se lhes associam.

RÉSUMÉ

Cet article se penche sur des aspects de l'expansion des activités tertiaires et de la conséquente tertiariisation qu'on vérifie actuellement dans les sociétés avancées et qui, embrassant différent problématiques et les implications dans la structure économique et dans l'organisation de l'espace et sa relation avec le processus de développement local et régional. Il est très important d'analyser, dans un cadre régional bien déterminé comme celui de la Région Centre du Portugal, l'évolution et la diffusion de la banque et des télécommunications, surtout du fax, services stratégiques pour appuyer les activités productives, et les processus qui lui sont associés.

* Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
** Comissão de Coordenação da Região Centro.

This article deals with aspects of the spreading of the tertiary activities and the resultant tertiarization that is appening at present in advanced societies and the implications in the economic structure and spacial organisation and with impact in local and regional development process. It is very important to analyse, in a well defined regional framework as the Central Region of Portugal the evolution and spread of the bank and telecommunications mainly fax, strategic services to support the productive activities, and the procedures associated to them.

1. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

A expansão dos serviços e a consequente terciarização das sociedades tem influenciado de forma directa a estrutura económica e social, com repercussões na respectiva organização territorial e no processo de desenvolvimento regional e local. O estudo deste fenómeno levanta, desde logo, questões metodológicas prévias relacionadas, por um lado, com o modo como os serviços são tradicionalmente classificados e agregados e, por outro, com a inexistência de informação estatística disponível, com a qualidade e a referência espacial adequadas às análises que são pertinentes efectuar. A diversidade de actividades que abarca e a penetração crescente em quase todos os processos produtivos — aspectos que na fase actual melhor os caracterizam — explicam estas dificuldades.

O número crescente de artigos e de autores que se vêm debruçando sobre esta matéria, testemunham o interesse que este tema tem vindo a despertar. Este texto tem como preocupação central a análise da difusão das agências bancárias e da telecópia, num quadro regional bem definido como é a Região Centro.

Os serviços bancários e de telecomunicações de que a telecópia é um caso particular, embora diversos, não deixam de ter em comum o facto de permitirem a circulação e veicularem fluxos, respectivamente, de capitais e de informação, fundamentais para assegurarem o funcionamento actualizado e competitivo de actividades económicas e empresariais. A mobilidade de recursos financeiros e a existência de infraestruturas de telecomunicação, factores cada vez mais decisivos para a localização e desenvolvimento das actividades económicas jogam, portanto, um papel fundamental nas actuais estratégias de desenvolvimento local e regional. Contudo, a evolução destes serviços e a sua difusão espacial está fortemente condicionada e

interdependente de factores estruturais acabando por influenciar as transformações que ocorrem nas estruturas produtivas regionais e os processos de organização territorial que se lhes associam. No caso do sistema bancário, as alterações jurídico-institucionais ocorridas nas duas últimas décadas e a nova ordem económica e social nacional e internacional influenciaram as estratégias recentes do sector. Por outro lado, os novos padrões de oferta e consumo de telecomunicações permitiram a vulgarização da telecópia, respondendo assim às necessidades crescentes de permuta rápida, expedita e flexível de informação com destinos cada vez mais diversos no país e no estrangeiro.

* * *

Embora as actividades terciárias predominem estatisticamente em termos de emprego ou produto e exista uma relação positiva entre o nível de terciarização e o rendimento per capita, não são, contudo, aspectos que traduzam a realidade total nem a parte mais significativa da terciarização. O terciário tornou-se uma componente fundamental dos modernos sistemas económicos devido à crescente diversificação que resulta da criação de novas actividades, ao crescimento das actividades intermédias (imbricação indústria-serviços), à evolução tecnológica que modifica as condições de satisfação de uma necessidade (substituição bem-serviço) e ao crescimento do sector público (Bailly, 1987). Esta «nova face» da terciarização, em que os serviços assumem um papel cada vez mais determinante, insere-se num processo mais globalizante de reestruturação dos sistemas produtivos (Ferrão, 1988).

O surgimento de sistemas de produção combinando actividades industriais e de serviços, quer se encontrem integrados na empresa industrial (internos) quer sejam fornecidos por estruturas exógenas (externos) vieram pôr em causa as classificações tradicionais apresentadas por Fisher, (1933), Clark (1940) ou Fourastié (1949), que tripartiam os sectores de actividade económica. Novas tipologias classificativas foram sendo, entretanto, ensaiadas, designadamente a que criava um novo sector (quaternário), integrando as actividades superiores ou de comando, que Bailly faz corresponder às de produção, tratamento e distribuição de informação. A insuficiência destas propostas proporcionou a definição de novas classificações, subdividindo as actividades económicas em seis categorias: extracção, processamento, serviços de produção, serviços de distribuição, serviços sociais e serviços pessoais (Browning e Singlemann, 1978). A dificuldade destas três últimas categorias traduzirem de forma cabal a actual integração dos serviços no sistema produtivo levou Bailly (1985) a propor

uma nova classificação com base nas seguintes categorias: fabricação, circulação, distribuição e regulação¹.

Certos de todas as classificações são insuficientes e que são cada vez mais complexas as relações e formas de integração das actividades nos actuais sistemas produtivos, uma questão importante a colocar prende-se com o papel que os serviços desempenharão nas estruturas produtivas que estão a emergir: são induzidos por outras actividades (e neste caso, importava determinar o tipo de serviços mais suscitados por actividades específicas) ou são determinantes no seu aparecimento e, deste modo, desempenham um papel influente no processo de desenvolvimento económico.

2. EVOLUÇÃO E IMPLANTAÇÃO REGIONAL DOS SERVIÇOS

A expansão dos serviços tem acompanhado o processo de urbanização, pelo que são habitualmente ligados ao desenvolvimento urbano-industrial das sociedades. As análises do sector têm privilegiado as suas consequências sobre o emprego, verificando-se que a respectiva localização é quase sempre correlativa e dependente da concentração demográfica e das actividades industriais. No entanto, esta dinâmica começa a modificar-se acompanhando a tendência que em certos casos se verifica com a actividade industrial. As localizações industriais predominam onde a disponibilidade e serviços é mais elevada; no entanto, a difusão urbano-industrial que se começa a verificar em algumas áreas do litoral, pode pressupôr alguma descentralização das actividades terciárias, segundo um modelo locativo mais difuso.

A progressão do emprego no terciário relativamente aos restantes sectores de actividade é uma tendência que se verifica na generalidade dos países europeus, designadamente os da Comunidade Económica Europeia, e particularmente evidente nas últimas décadas (Fig. 1): registaram-se decréscimos

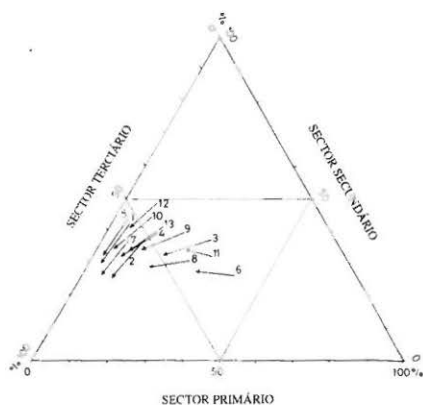
¹ Fabricação: estabelecimentos cujo papel principal consiste em proceder a alterações ou transformações materiais; circulação: estabelecimentos que assumem o papel de intermediários nos fluxos físicos de pessoas e bens, fluxos de informação e de comunicação ou fluxos financeiros; distribuição: estabelecimentos que colocam os bens e serviços à disposição do consumidor final; regulação: estabelecimentos que intervêm no funcionamento do conjunto do sistema a fim de o manter, modificar, regular ou controlar. Atendendo aos «tipos de emprego exercido e às mutações em curso que se manifestam por uma evolução das profissões» esta classificação pode ainda ser cruzada por um outro eixo onde se distinguem as seguintes funções: 1 — pesquisa e desenvolvimento; 2 — aprovisionamento «stockagem»; 3 — organização; 4 — execução-exploração; 5 — gestão e controle; 6 — manutenção; 7 — comercialização, venda (BAILLY et al., 1985).

QUADRO 1 — Variação do emprego no Continente (1970-1981)

	%
SECTOR PRIMÁRIO	-24,3
SECTOR SECUNDÁRIO	48,4
SECTOR TERCIÁRIO	40,0
7.1 Transportes e Armazenagem	25,2
7.2 Comunicações	49,1
8.1 Bancos e outras Instituições Monetárias e Financeiras	108,8
8.2 Seguros	83,8
8.3 Operações sobre Imóveis e Serviços prestados às Empresas	37,6
9.1 Administração Pública e Defesa Nacional	62,5
9.2 Serviços de Saneamento e Limpeza	468,2
9.3 Serviços Sociais e Similares Prestados à Colectividade	160,5
9.4 Serviços Recreativos e Culturais	127,8
9.5 Serviços Pessoais e Domésticos	14,1
9.6 Organizações Internacionais e outras Instituições Extraterritoriais	331,2
SERVIÇOS	56,2

Fonte: INE, Recenseamento da População, 1970 e 1981.

importantes no sector agrícola nos países onde a agricultura ainda tem grande importância, a par de acréscimos consideráveis no emprego não agrícola, embora em alguns países o sector secundário tivesse decrescido. Esta tendência, na qual se inscreve Portugal, é mais evidente nos distritos do litoral onde se loca-



1 - Bélgica, 2 - Dinamarca, 3 - Espanha, 4 - França, 5 - Grã-Bretanha,
6 - Grécia, 7 - Holanda, 8 - Irlanda, 9 - Itália, 10 - Luxemburgo,
11 - Portugal, 12 - Rep. Federal Alemã, 13 - CEE

FIG. 1 — Evolução do emprego por sectores de actividade na CEE (1971-1984).

lizam os centros urbanos de maior dimensão (Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal) que apresentam valores mais elevados de emprego no terciário (Fig. 2). Contudo, não são estes os distritos que na década de 70, conheceram os maiores crescimentos relativos neste sector. A expansão das actividades turística, industrial e dos serviços públicos (saúde, ensino e administração local) a par da animação económica proporcionada pelo retorno da década de 70 e início da de 80, particularmente significativas em Faro, Leiria, Braga e Bragança explicam a evolução verificada nestes distritos (Fig. 3).

Durante os anos 70 foi no terciário que o emprego mais cresceu em termos relativos (56,2%), enquanto no primário se verificou um decréscimo de 24,3%;

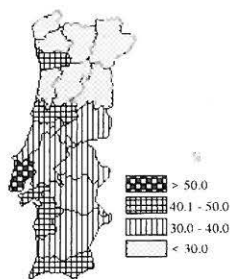


FIG. 2 — Percentagem do emprego no terciário (1981).

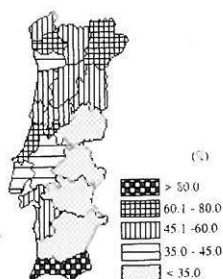


FIG. 3 — Variação do emprego no terciário (1970-1981).

o crescimento foi significativo nos serviços sociais prestados à colectividade, recreativos e culturais, de saneamento e limpeza e nos serviços bancários, evolução que deve ser interpretada à luz das transformações que a sociedade portuguesa conheceu durante este período. Se os serviços referidos em primeiro lugar perspectivam grandes mudanças em termos da prestação de apoio social e ao nível da melhoria das condições de vida das populações, em que as autarquias locais tiveram um papel de destaque, os segundos podem relacionar-se com a dinamização da economia e a integração crescente do país no contexto internacional. Contudo, o padrão espacial daquele crescimento é desigual e complexo de interpretar, como se pode depreender da análise das Figuras 4 a 9.

É de salientar o crescimento acentuado da administração pública em alguns distritos do interior Norte e do Alentejo (Fig. 6) onde, ao mesmo tempo, ocorreu um decréscimo nos serviços pessoais e domésticos (Fig. 9); os distritos de Setúbal e de Faro apresentam, neste período, crescimentos importantes e generalizados em todos os domínios dos serviços ao contrário do que se verifica nas áreas metropolitanas que registaram acréscimos menos significativos.

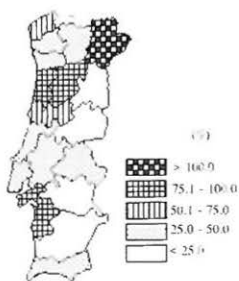


FIG. 4 — Variação do emprego nas comunicações (1970-1981).

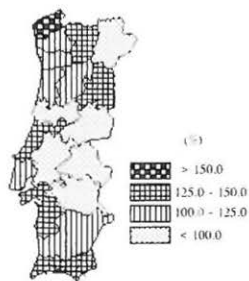


FIG. 5 — Variação do emprego nos bancos e outras instituições monetárias e financeiras (1970-1981).

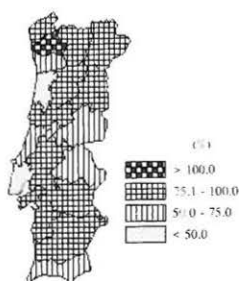


FIG. 6 — Variação do emprego na administração pública (1970-1981).

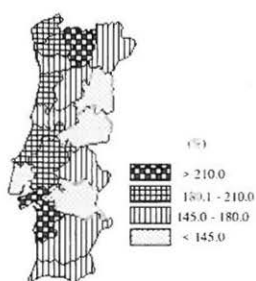


FIG. 7 — Variação do emprego nos serviços sociais (1970-1981).

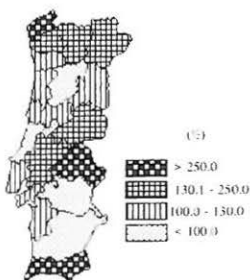


FIG. 8 — Variação do emprego nos serviços recreativos e culturais (1970-1981).

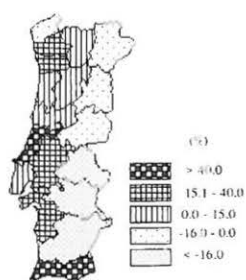


FIG. 9 — Variação do emprego nos serviços pessoais e domésticos (1970-1981).

O quociente de localização (QL)² nos sectores das comunicações e dos bancos, calculado a partir do emprego, destaca os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal pela concentração de actividades terciárias, sobretudo a bancária. Contudo, certos distritos no interior, estão igualmente em evidência, em vir-

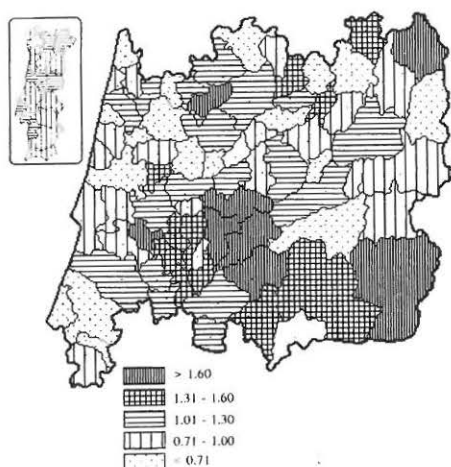


FIG. 10 — Comunicações: quocientes de localização (população activa em 1981 no ramo 7.2 da CAE).

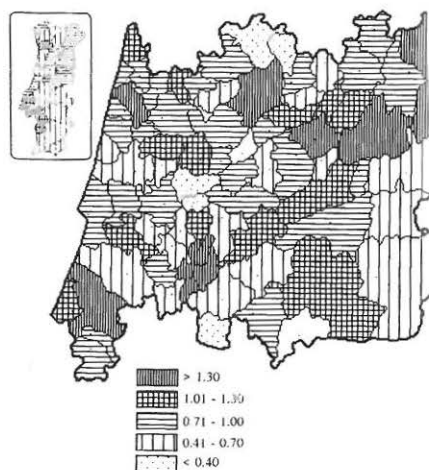


FIG. 11 — Bancos: quocientes de localização (população activa em 1981 no ramo 8 da CAE).

tude da fragilidade e desequilíbrio do emprego terciário, permitindo ressaltar os sectores bancário e de comunicações (Fig. 10 e 11). Esta situação é também evidente quando analisamos os quocientes de localização destes sectores na Região Centro que são positivos e mais elevados em alguns concelhos remotos do Pinhal Interior e Raia onde se verificam índices idênticos aos verificados nas sedes de distrito. Nestes concelhos sector bancário assume uma importância considerável; contudo, Coimbra apesar de, em termos absolutos, deter os quantitativos mais elevados, a importância da actividade bancária esbate-se devido à grande concentração de outros serviços, particularmente, os ligados à saúde e à administração pública.

² $QL = (\text{Emp. sector dist.} / \text{Emp. total dist.}) / (\text{Emp. sector Cont.} / \text{Emp. total Cont.})$.

3. DIFUSÃO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS

Em termos globais (Quadro 2) o litoral da Região Centro apresenta maior densidade de agências bancárias por concelho e por superfície (Km²). Contudo, o seu número por habitante, é na sub-região Interior, a partir da década de 70,

QUADRO 2 — Evolução e densidade de agências bancárias na Região Centro

	N.º de agências/ concelho			N.º de agências/100 Km ²			N.º de agências/10000 hab.		
	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1970	1980 *	1990 *
Sub-região Litoral	2,8	3,9	4,9	1,2	1,7	2,2	0,90	1,10	1,39
Sub-região Interior	1,4	2,4	3,0	0,4	0,7	0,9	0,84	1,42	1,77
Região Centro	1,9	2,9	3,6	0,6	0,9	1,2	0,87	1,26	1,58

* População em 1981.

Fonte: INE, Recenseamentos da População, (1970, 1981); Listas Telefónicas (1970, 1980 e 1990).

relativamente superior à da sub-região Litoral³. A criação de um «serviço mínimo» (1 ou 2 agências na generalidade dos concelhos do interior) exigiu que, apesar do decréscimo populacional que se verificou naquela sub-região, as agências bancárias permanecessem em actividade, compreendendo-se assim que em 1990 se registre um valor da ordem de 1,77 agências/10 000 habitantes na sub-região do Interior enquanto esse valor era de 1,39 na sub-região do Litoral.

Na Região Centro, em 1970, a generalidade dos concelhos mais marginais, da área do Pinhal e do Norte dos distritos de Viseu e Guarda, ainda não

³ Os geógrafos interessaram-se pelo estudo da difusão a partir dos estudos que Hägerstrand publicou na década de 50 onde propunha um modelo interpretativo dos processos privilegiando a dimensão espaço-temporal para explicar fenómenos envolvendo o homem, objectos ou mesmo a informação. A difusão decorre a partir de um centro onde ocorreu a inovação para as áreas mais afastadas, assumindo um relevo fundamental a distância geográfica, económica ou sócio-cultural. A difusão de determinados serviços a nível regional terá a ver, por um lado, com a relação entre os objectos/informação e os seus utilizadores e, por outro, com as condições económicas, políticas, sociais e culturais.

tinham nenhuma agência bancária (Fig. 12). Naquela situação estavam 6 concelhos do litoral e 26 do interior, correspondendo respectivamente a 24,0% e 50,0% do seu número total. Durante a década de 70 vai-se assistir à instalação de novas agências, baseada em dois motivos fundamentais: responder ao dinamismo da economia e da aglomeração populacional que se verificou em alguns concelhos e, por outro, proceder à captação das poupanças

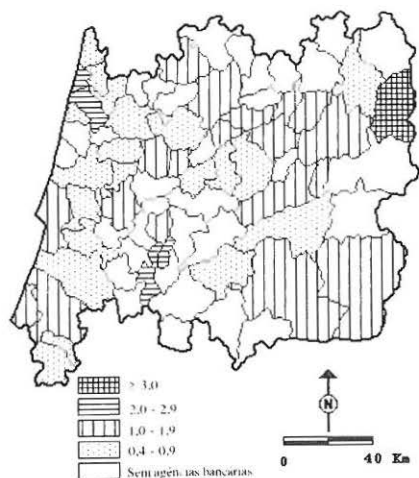


FIG. 12 — Número de agências bancárias por 10 000 habitantes (1970).

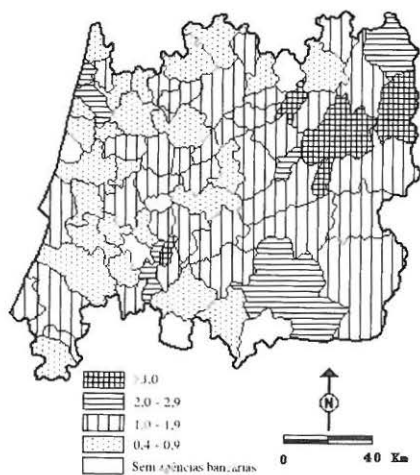


FIG. 13 — Número de agências bancárias por 10 000 habitantes (1980).

nos concelhos menos favorecidos provenientes das prestações sociais ou das remessas dos emigrantes. Daí que, concelhos como Fornos de Algodres, Manteigas e Figueira de Castelo Rodrigo, apresentem cerca de três agências por 10 000 habitantes em 1980 e serem já poucos os concelhos desprovidos desta função (Fig. 13). Nesta data (1980), apenas existia um concelho sem agências bancárias no litoral e cinco no interior, respectivamente 4,0% e 9,6% dos concelhos). Em 1990 (Fig. 14), o número dos concelhos com cerca de três agências por 10 000 habitantes vai-se dilatar passando a integrar os concelhos já referidos e ainda Vila Velha de Ródão, Vila de Rei, Mêda e Vila Nova de Paiva bem como os de Pedrógão Grande, Góis e Vila Nova de Poiares localizados no Pinhal Interior.

A característica fundamental do serviço bancário, capitais a circulação de fluxos financeiros, implica que estes se organizem de uma forma hierarquizada, ocorrendo inicialmente nos locais ou concelhos onde o dinamismo económico

é maior e que, por este facto geram maiores trocas com outros espaços nacionais e internacionais e; só numa fase posterior é que o serviço se descentraliza às áreas adjacentes. No caso da Região Centro foi a partir das sedes de distrito e dos concelhos mais industrializados do litoral (Águeda, Figueira da Foz e Marinha Grande) e do interior (Covilhã e excepcionalmente Almeida, em virtude da fronteira de Vilar Formoso) que a propagação das agências se efectua para os concelhos vizinhos e com os quais estabelecem laços de inter dependência. Não deixa então de ser significativo o facto de boa parte

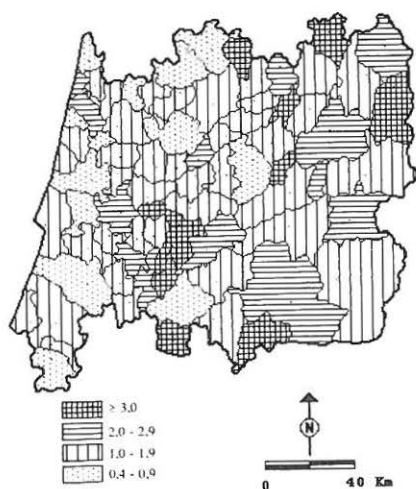


FIG. 14 — Número de agências bancárias por 10 000 habitantes (1990).

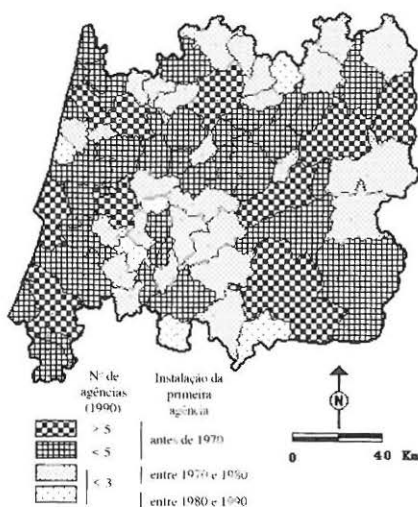


FIG. 15 — Difusão das agências bancárias.

dos concelhos do litoral da Região Centro já deterem pelo menos uma agência bancária antes de 1970 enquanto no interior isso se verificava apenas em concelhos que se estruturavam em função dos eixos Coimbra-Viseu-Guarda e Covilhã-Castelo Branco (Fig. 15). As áreas exteriores a estes eixos só mais tarde puderam dispor deste serviço.

A organização espacial da actividade bancária sendo causa e também efeito destas dinâmicas territoriais, tem paralelo evidente com a hierarquia da rede urbana da região. A actividade bancária inicia-se mais cedo nos centros urbanos de maior dimensão — sedes de distritos e outras cidades (Figueira da Foz e Covilhã), e é neles que vai registar maior expressão (Fig. 15). Deste modo, as correlações entre a população do concelho ou a população da sede de concelho e o número de agências bancárias, para os anos 1970 e 1980, é elevada

(Figs. 16 e 17) ou, dito doutra forma, a hierarquia da rede urbana da Região Centro fica bem expressa analisada através da população ou do número de agências. Esta generalização não é, contudo, perfeita, uma vez que existem, num caso e no outro, diferenças importantes em termos de escalonamento dos centros urbanos. Essas diferenças verificam-se, principalmente, ao nível dos

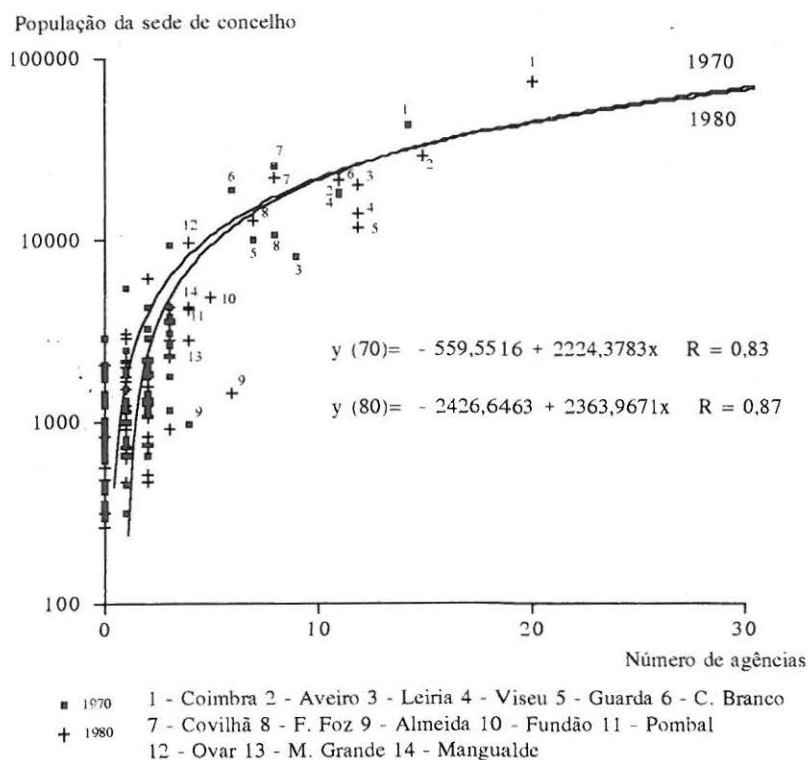


FIG.16 — Relação entre a população residente na sede de concelho e o número de agências bancárias (1970-1981).

centros de menor dimensão populacional já que intervêm outras variáveis para além da população, para explicar o número de agências bancárias existentes: a expansão das actividades comerciais e industriais que requerem maior disponibilidade e mobilidade de capital, o limiar de habitantes na área de influência do centro, o aforro local e as remessas que aí afluem.

Pela natureza das relações que estabelece com as restantes actividades económicas, é um serviço que tende a localizar-se em lugares de elevada centralidade. Os espaços rurais, normalmente dependentes daqueles estão, actualmente, a conhecer uma mudança que, de algum modo, podem dar uma imagem

diferente do que geralmente se tem da Região Centro. Se analisarmos a distribuição das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, instituições crédito com características especiais, sob a forma de cooperativa, vocacionadas para o crédito

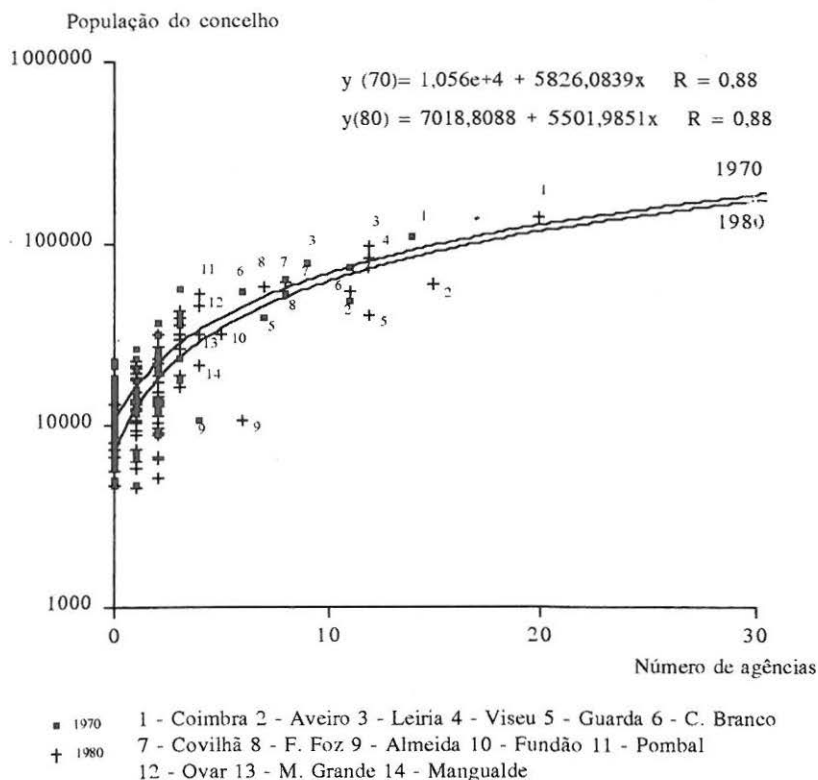


FIG. 17 — Relação entre a população do concelho e o número de agências bancárias (1970-1981).

agrícola, visualizamos outro padrão locativo que se diferencia do bancário tradicional.

Embora sejam estruturas bastante antigas remontando ao início do século, as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, só ganharam papel de relevo no final dos anos 70, tendo passado, entretanto, por diversas vicissitudes.

A grande difusão que registaram está ligada a vários factos, nomeadamente a criação de uma estrutura coordenadora da sua actividade⁴, a alteração

⁴ A Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM) foi criada em Novembro de 1978.

e renovação do quadro legislativo do Crédito Agrícola Mútuo Português para além da participação integral das caixas no sistema creditício de apoio à agricultura⁵. Estas alterações possibilitaram a definição de estratégias para a implementação de novas agências, em localidades rurais do País. Durante uma década (1977-1987), o número de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo passou de 142 para 212 (aumento de + 49%).

O apoio à agricultura, objectivo fundamental da sua actividade, pressupõe uma localização próxima dos beneficiários e uma distribuição menos polari-

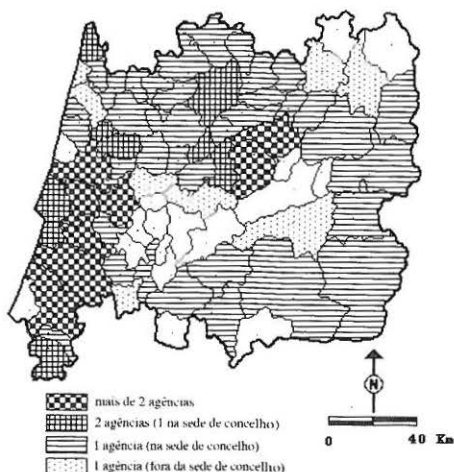


FIG. 18 — Localização das agências das caixas de Crédito Agrícola Mútuo (1990).

zada e, portanto, maior dispersão geográfica. O exercício da sua actividade, embora tenha um peso reduzido no volume do sistema bancário português, foi importante no crédito concedido à agricultura animou bastante este sector nalgumas áreas do País.

Na Região Centro assiste-se a uma difusão, que nalguns casos é já de âmbito sub-concelhio (Fig. 18). A maior concentração ocorre, sobretudo, nos concelhos do Baixo Mondego (Cantanhede, Coimbra, Montemor-o-Velho e Soure), Serra da Estrela (Seia e Gouveia) e Pinhal Litoral (Pombal e Leiria) dando também de referir, a sua reduzida implantação no Pinhal Interior.

O mercado financeiro nacional teve, no decurso das duas últimas décadas, dinâmicas muito próprias que induziram as estratégias de localização das

⁵ O SIFAP (Sistema Unificado de Financiamento à Agricultura e Pescas) foi criado pelo IFADAP em 1979 e funcionou, provisoriamente, a partir de 1981.

agências bancárias. Embora o nível de decisão sobre esta e outras matérias se mantivesse centralizado, foram-se criando condições — alterações jurídico-institucionais ocorridas desde 1975 — deslocando-se a criação de bancos privados e a desnacionalização de bancos estatais que proporcionaram ajustamentos decisivos no padrão de organização territorial. As Caixas de Crédito Agrícola Mútuo sofreram importante dinamização depois daquele período e o sector bancário registou importante expansão não só em termos quantitativos mas, principalmente, em termos qualitativos. Estas mudanças, registadas no final da década de 80, vão caracterizar-se por uma cobertura mais eficaz do território com agências bancárias é um facto que os critérios para a instalação de novas agências foi mudando — o critério actual exige à entidade bancária que para cada quatro agências localizadas livremente, uma agência se localiza numa área desfavorecida — mas a proliferação recente de agências fez com que as 50 localidades com mais de 2500 habitantes sem nenhuma agência bancária num raio de 7 km referidas em 1988 pelo Banco de Portugal, estejam contempladas com este serviço. Apesar disso, as intenções de instalação de novas agências, sobretudo nas áreas urbanas, não diminuíram demonstrando a forte competitividade que se instalou no sector. Por outro lado, isto significa que na fase actual, o crescimento da economia no país se traduz na mobilização de capital para novos investimentos e numa grande procura interna de poupanças, a par duma concorrência entre os diversos bancos na captação de novos segmentos do mercado (dirigida a idosos — seguros e reformas, a jovens — apoio à compra de habitação ou a certas formas de investimento, etc.) e na oferta de uma gama variada de novos serviços bancários.

Em 1990, praticamente todos os concelhos da Região Centro tinham pelo menos duas agências, uma de um Banco de Poupança (normalmente a Caixa Geral de Depósitos) e outra de um Banco Comercial, enquanto Bancos de Investimento tem as suas agências apenas localizadas nas sedes de distrito (Coimbra, Viseu, Aveiro, Castelo Branco, Guarda e Leiria).

A evolução do sistema de serviços bancários dependerá provavelmente mais da diversidade e qualidade dos serviços que são prestados à população em geral e aos agentes económicos traduzindo-se por ventura em novas estratégias de localização especial.

4. DIFUSÃO DA TELECÓPIA

A maior concentração de telecopiadores (Fax) verifica-se nos concelhos que registam maior actividade e dinamismo urbano-industrial seguindo, aliás, padrão idêntico ao de outros indicadores sócio-económicos (Fig. 19).

O litoral da Região Centro destaca-se pelo número de aparelhos instalados, particularmente os concelhos que constituem os três eixos polarizadores desta área: Aveiro-Águeda, Coimbra-Figueira da Foz e Leiria-Marinha Grande. No interior, onde este equipamento está menos implantado e se localizam os sete concelhos que ainda não possuem este tipo de equipamento e predominam os que ainda têm menos de 10 telecopiadores instalados, destacam-se os concelhos urbanos (Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco) ou industriais. Os industriais

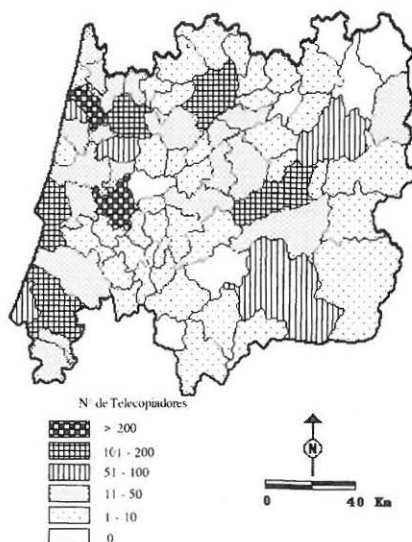


FIG. 19 — Número de telecopiadores instalados (1990).

proporcionam, no entanto, duas situações distintas: onde predomina o têxtil (Seia, Gouveia, por exemplo, necessitam efectuar contactos rápidos e expeditos com o exterior para efeitos da comercialização dos respectivos produtos); e os que registam alguma dinâmica recente a nível industrial (Arganil, Fundão ou os da periferia de Viseu) com características substancialmente diferentes.

! Almeida integra-se neste escalão, pelo facto de Vilar Formoso ser um centro alfundegário importante, onde se concentram transitários e outro tipo de serviços fortemente consumidores de comunicações.

A desigual distribuição quantitativa deste equipamento no território da Região Centro é função de um processo de difusão (Fig. 20) cujos traços gerais se confundem com outras dinâmicas regionais que têm por pano de fundo uma constante: a diferenciação das estruturas regionais sócio-económicas mas, principalmente, produtivas. Os concelhos do litoral voltam a destacar-se (Figueira

da Foz, Marinha Grande e Coimbra, uma vez que não se dispõe de dados para os da área de Aveiro) por adoptarem a telecópia em primeiro lugar, funcionando como focos difusores desta inovação. Se exceptuarmos os concelhos de Ansião e de Arganil, que evidenciam alguma precocidade no contexto territorial onde se localizam, o padrão de propagação da difusão da telecópia é por vizinhança a partir dos focos referidos. No interior a penetração processa-se

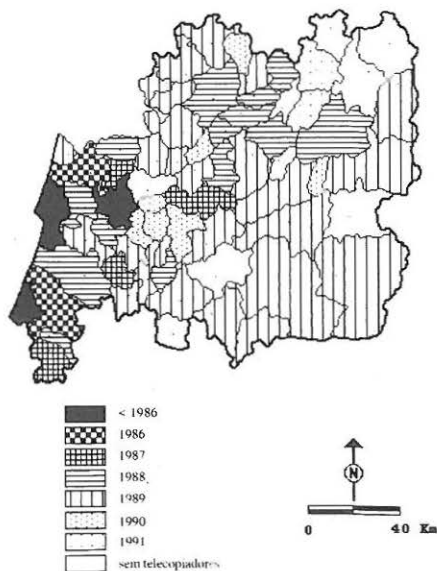


FIG. 20 — Ano de instalação do primeiro telecopiador.

a partir do eixo constituído pelos concelhos compreendidos entre Viseu e Guarda, para os concelhos adjacentes.

Como se pode observar no quadro seguinte, a data de adopção é mais tardia no interior — ocorre apenas depois de 1987 — e a procura foi mais elevada em 1990, um ano depois do que se verificou no litoral (Fig. 21). Este facto, embora natural se encarado do ponto de vista das dinâmicas de desenvolvimento poderá ter sido reforçado pela estratégia adoptada pela empresa prestadora deste serviço público: sabendo que o litoral oferecia, à partida, garantias de maior sucesso e adesão a esta iniciativa, adoptou uma atitude mais ofensiva nesta área.

Se analisarmos a adopção da telecópia pelos diversos sectores de actividade económica (Quadro 4), verificamos que a indústria transformadora (37,7%),

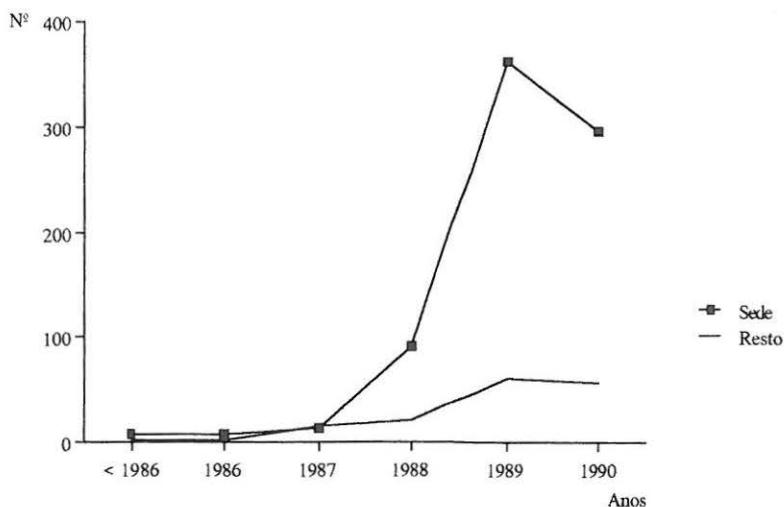
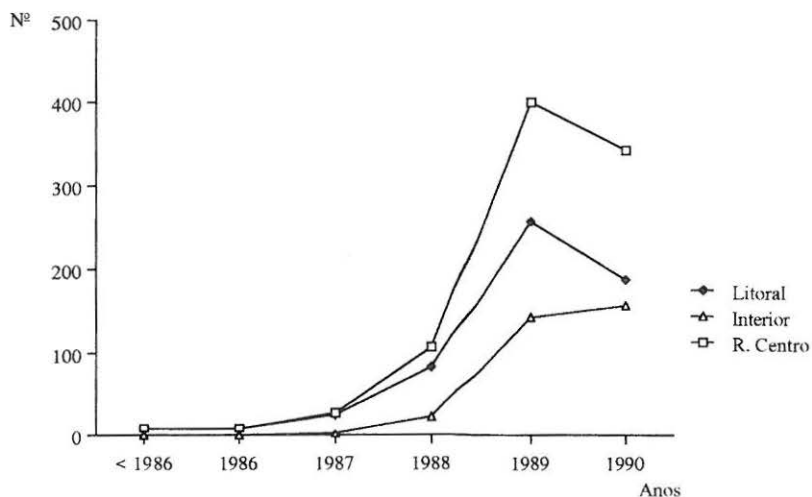


FIG. 21 — Evolução dos telecopiadores nas sub-regiões, nas sedes e nos restantes lugares dos concelhos da Região Centro.

QUADRO 3 — Telecopiadores segundo o ano de instalação (%)

	1986	1986	1987	1988	1989	1990	1991	Total
Sub-região Litoral	1,2	1,4	3,7	11,9	38,8	26,6	16,3	100,0
Sub-região Interior			0,5	5,8	32,5	36,4	24,9	100,0
Região Centro	0,8	0,9	2,5	9,6	36,5	30,3	19,5	100,0

Fonte: Direcções Regionais de Telecomunicações do Centro e Norte.

QUADRO 4 — Telecopiadores instalados segundo o sector de actividade (%)

	Agricultura	Indústria Fabricativa	Industria Têxtil	Electronica pós e não	Construção e obras públ.	Comércio, rest. e hotéis	Transportes, comunicações	Bancos, seg. e outros	Serviços colet. soc. e pessoais	Total
Sub-região Litoral	1,2	0,5	39,9	0,3	3,8	22,3	7,5	14,4	10,1	100,0
Sub-região Interior	2,1	0,9	30,9	1,4	0,2	8,8	12,4	25,8	17,5	100,0
Região Centro	1,4	0,6	37,7	0,6	3,0	19,1	8,6	17,1	11,9	100,0

Fonte: Direcções Regionais de Telecomunicações do Centro e Norte.

o comércio e os hotéis (19,1%), a banca (17,1%), os serviços pessoais e à colectividade (11,9%) e o sector das comunicações (8,6%) detêm a quase totalidade deste equipamento.



FIG. 22 — Sector de actividade que primeiro introduziu a telecópia.

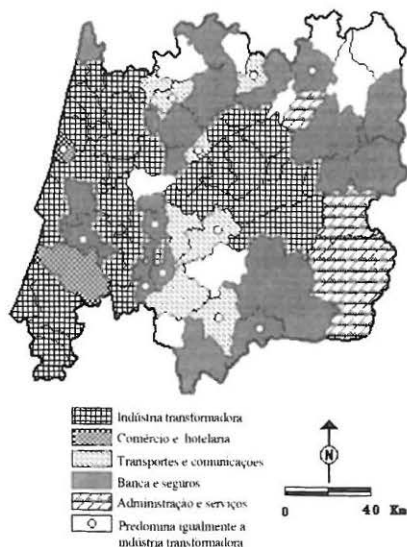


FIG. 23 — Sector de actividade predominante na utilização da telecópia.

A implantação relativamente desigual nas sub-regiões do Litoral e do Interior deve-se aos perfis produtivos estruturalmente diferenciados (Fig. 22 e 23):

— no litoral sobressaem a indústria transformadora, a construção e as obras públicas e o comércio e hotelaria (a actividade turística é aqui particularmente significativa);

— no interior, verificamos que os serviços comandam a procura dos telecopiadores, particularmente os bancos, os serviços administrativos e o sector

das comunicações (não podemos esquecer que o *CORFAX* ainda hoje é dos poucos telecopiadores existente em alguns concelhos de áreas remotas, como o Pinhal Interior).

A análise do processo de difusão deste serviço a nível intra-concelhio (Fig. 24) contribuirá para um melhor esclarecimento das dinâmicas regionais.

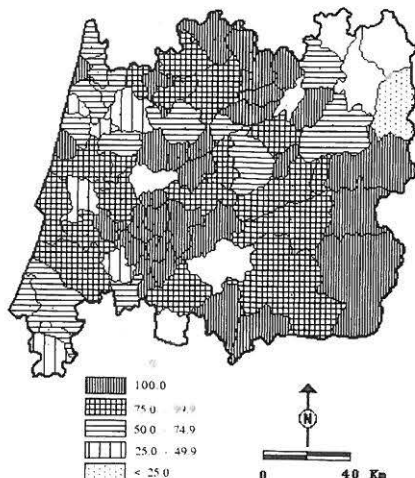


FIG. 24 — Telecopiadores instalados na sede de concelho (1990)

Este serviço aparece associado a actividades terciárias, sobretudo no interior da Região Centro, acontecendo que num grande número de concelhos se localiza predominantemente nas sedes de concelho: em 26 concelhos do interior, 100% dos telecopiadores localizam-se na sede enquanto isso acontece em apenas 3 concelhos do litoral — a concentração na sede parece ser sinónimo de um baixo índice de desenvolvimento. Se exceptuarmos Almeida, é nos concelhos de maior desenvolvimento industrial do litoral de padrão difuso que esta percentagem é mais baixa (Leiria-Marinha Grande e Águeda-Aveiro). Nestes a difusão da telecópia atingiu maior profusão espacial, ultrapassando os limites urbanos, encontrando-se presente também em maior número de empresas (Fig. 25).

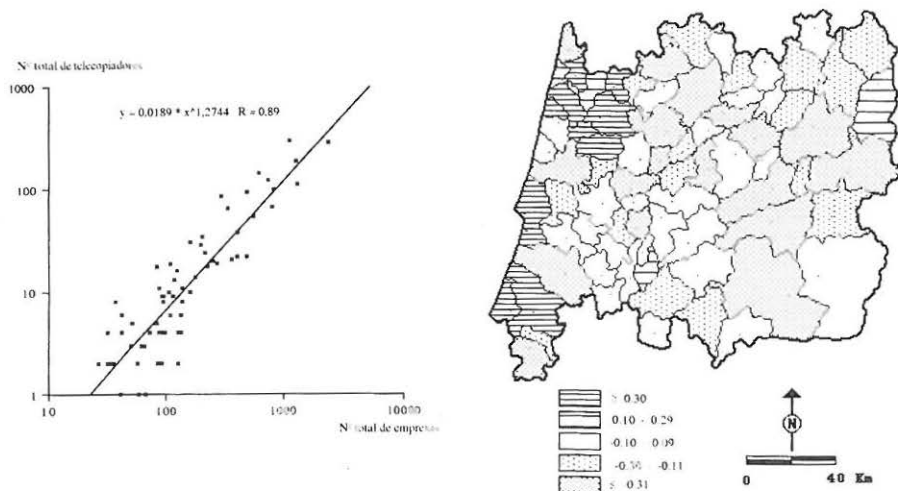


FIG. 25 — Regressão e resíduos da relação entre o número de telecopiadores e de empresas.

5. REMATE

As mudanças que no presente afectam de forma profunda o território regional manifestam-se com ritmos diferentes pelo que podemos considerar às diferentes unidades espaciais da Região Centro do País a caminharem a velocidades diversas. Perante estas dinâmicas e as transformações económicas, sociais e culturais em curso a geografia deve adoptar uma atitude comprometida e empenhada procurando analisar a riqueza e variedade de situações, interpretando a geometria variável com que se traduzem em termos territoriais e a pluralidade de processos que as condicionam.

Se considerarmos os serviços em geral e, de entre estes, os bancários e as telecomunicações, como das mais representativos da modernização e das dinâmicas económicas, concluiremos que a tradicional dicotomia entre o litoral e o interior, baseada em constatações e factores diversos (físicos, económicos, sociais, culturais, etc.) se mantém, embora com novos contornos. A implantação e difusão na Região Centro quer dos serviços bancários quer dos serviços de telecópia foi mais acelerada nos concelhos do litoral, onde existe um tecido empresarial mais dinâmico e diversificado, com apetência para suscitar a sua instalação e adesão a certas inovações.

6. BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, I. (1979) — *Office location and public policy*, Longman, Nova Iorque.
- BAILLY, A. (1985) — «Le rôle des activités de service dans le développement régional Suisse», *Annales de Géographie*, n.º 523, pp. 257-269.
- BAILLY, A. (1986) — *Représentations spatiales et dynamiques urbaines et régionales*, Univ. du Québec, Montreal.
- BAILLY, A. et al. (1984) — *Les concepts de la géographie humaine*, Masson, Paris.
- BAILLY, A. et al. (1987) — «Services and production: for a reassessment of economics sectors», *Annals of Regional Science*, vol. XXI, 2.
- BAILLY, A. e MAILLAT, D. (1986) — *Le Secteur Tertiaire en Question*, Editions Regionales Europeennes, Paris.
- BAKIS, H. (1984) — *Géographie des télécommunications*, PUF, «Que sais-je?», Paris, n.º 2152.
- BAKIS, H. (1987) — *Entreprise, espace, télécommunication*, Paradigme, Coll. «Transport et communication», Caen.
- BAKIS, H. (1987) — *Géopolitique de l'information*, PUF, «Que sais-je?», Paris, n.º 2353.
- CHARLIER-ANDERSCHRAEGE, D. (1978) — «La localisation et la qualité des équipements financiers: facteurs de hiérarchie?», *L'Espace Géographique*, n.º 1, pp. 53-58.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (1984) — *The effects of new information technology on less-favoured regions of community*, Studies. Regional Policy Series 23, Bruxelas.
- CRAIG, L. et al. (1985) — «The impact of the banking system on regional analyses», *Regional Studies*, vol. 19, n.º 1.
- ENGLISH, P. e MAYFIELD, R. (1972) — *Man, Space and Environment. Concepts in Contemporary Human Geography*, Oxford Univ. Press, Nova Iorque.
- FERRÃO, J. (1988) — «Entender o actual processo de «terciarização»: das teses às dúvidas», *Análise Social*, vol. XXIV (2.º-3.º), pp. 703-717.
- GASPAR, J. et al. (1986) — «Telecomunicações e desenvolvimento regional em Portugal: um projecto para a Região Centro», *Finisterra*, XXI, 41, Lisboa, pp. 5-56.
- GASPAR, J. et al. (1987) — *Portugal. Os próximos 20 anos. I vol. — Ocupação e organização do espaço. Retrospectiva e Tendências*, FCG, Lisboa.
- GERSHUNY, J. e MILES, I. (1983) — *The new service economy: the transformation of employment in industrial societies*, Frances Pinter, Londres.
- GILMER, R. et al. (1989) — «The service sector in a hierarchy of rural places: potential for export activity», *Land Economic*, vol. 65, n.º 3.
- JOSEPH, A.; POYNER, A. (1982) — «Interpreting Patterns of public service utilization in rural areas», *Economic Geography*, vol. 58, n.º 3.
- LABASSE, J. (1974) — *L'espace financier*, Armand Colin, Paris.

- MACHADO, A. et al. (1983) — «Aspectos tecnológicos dos Sistemas Nacionais de Comunicação: novos serviços. Considerações diversas», Simpósio Nacional sobre *As comunicações e o desenvolvimento*, Lisboa.
- MOSELEY, M. (1974) — *Growth Centres in Spatial Planning*. Pergamon Press, Oxford.
- PERRY, M. (1990) — «Business Service Specialization and Regional Economic Change», *Regional Studies*, vol. 24.3, pp. 195-209.
- PRICE, D. G. e BLAIR, A. M. (1989) — *The Changing Geography of the Service Sector*, Belhaven Press, London.
- RIBEIRO, J. M. F. et al. (1987) — «Grande indústria, banca e grupos financeiros (1953-73)», *Análise Social*, vol. XXIII, 5.º, pp. 945-1018.